RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJETO:

Jeanete Gomes
Assistente Social

BELÉM – PARÁ

2016

Agradecemos a todos os diretores, coordenadores e professores que apoiaram o projeto direitos humanos em cena em 2016.

Escola Benjamin Constant: Diretora: Márcia Cristina Lopes e Vice-diretora:
Coordenadoras pedagógicas: Ana Carolina Pinto e Mª de Fatima Haase
Professoras e professores:
Alexandre Ranieri Ferreira
Délbia Figueira
Erick Guilherme
Giselle Fraiha de Souza
Jose Sena Junior
Mirian das Neves Reis
Suzy Serruya

Escola Dona Helena Guinhon: Diretora: Alice carvalho e Vice-diretora: Eliana Ferreira
Coordenadoras pedagógicas: Silvia luz e Glaucilene Reis
Professoras:
Andreza Mantelo
Ediana Mendes
Helena Reis

Escola Zulima Vergolino: Diretora: Adylles Viana e Vice-diretora: Mª das Graças Dias
Coordenadora Pedagógica: Orcilene Anjos
Professoras:
Denise Nascimento
Debora Tavares
Luciana Santos
Rafael Oliveira

Agradecemos a todos os Parceiros que apoiaram e contribuíram para a execução o projeto direitos humanos em cena em 2016.

REDE DE PRACEIROS:

1. Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região - AMATRA 8.
2. Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.
3. Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST/BELÉM.
4. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.
5. Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.
6. Conselho Estadual do Idoso.
7. Conselho Regional de Psicologia - CRP 10.
8. Faculdade Metropolitana da Amazônia/FAMAZ: Curso de Serviço Social.
9. Fórum Estadual de Pessoas Trans.
10. FUNDAÇÃO PROPAZ: ProPaz Mulher e ProPaz Santa Casa/Integrado Núcleo CPC Renato Chaves.
11. Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará – GEMPAC.
12. Grupo de teatro de idosos do Hospital Cyntia Sharone.
13. Ministério Público do Trabalho – MPT.
14. Ministério Público Federal – MPF.
15. Ordem dos Advogados do Brasil: Comissão de Direitos Humanos /de Proteção aos Direitos da Pessoa com Deficiência/de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
16. Polícia Civil: Delegacia da Mulher – DEAM.
17. Policia Federal: Delegacia de Defesa Institucional – DELIST.
18. Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social/SEGUP: Diretoria de Prevenção Social da Violência e Criminalidade.
19. Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda/SEASTER.
20. Secretaria de Estado de Educação/SEDUC: Coordenadoria de Ações Educativas Complementares
21. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos/SEJUDH: Coordenadorias de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo; de Monitoramento aos Direitos Violados; de Prevenção, Tratamento e Redução de Danos de Consumo de Drogas; Gerências de Livre Orientação Sexual; de Proteção a Idoso/GPI; de Promoção do Direito de Pessoa Com Deficiência; Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.
22. Secretaria Municipal de Saúde: Núcleo de Prevenção às Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Promoção da Paz/NUPVID.
23. SODIREITOS.
24. Superintendência Regional do Trabalho.
25. Tribunal de Justiça do Estado do Pará: 1ª Vara da Infância e Juventude/Comissariado do Juizado da Infância e Adolescência.
26. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.
27. Universidade da Amazônia: Curso de Serviço Social.
28. Universidade Federal do Pará: Faculdade Psicologia/Faculdade de Direito.
29. Universidade Popular/UNIPOP.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Nome do Projeto: Direitos Humanos em Cena: disseminando informações através da arte cinematográfica para o enfrentamento às violações de direitos humanos.

Período de execução: Janeiro de 2016 a Janeiro de 2017.

Secretário de Estado e Justiça e Direitos Humanos:
Michell Mendes Durans da Silva.

Técnicas Responsáveis: Jeanete Gomes, Roberta Flores e Leila Silva.

Estagiarias do projeto: Érica Menezes, Izabely Freitas, Thais Maia.

Apoio: Equipe da CTETP.

APRESENTAÇÃO

A implementação da SEJUDH tornou-se um marco histórico na tentativa de consolidação da política de direitos humanos no Pará, com destaque para ações de Erradicação do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, pois havia a necessidade e urgência de garantir à sociedade o acesso a essas políticas públicas. Visto que, segundo o Diagnostico dos Direitos Humanos no estado do Pará/2007, considerando o âmbito nacional, entre os anos de 2003 a 2006, o Pará ocupou o primeiro lugar tanto no número de denúncias quanto no número de trabalhadores resgatados em trabalho escravo. Também, foi apontado em pesquisas nacionais como um estado que possui grande número de mulheres e crianças exploradas sexualmente em seu território e com um intenso fluxo de mulheres traficadas para exploração sexual para o Suriname (GOMES, 2016).

Com a reestruturação da Secretaria Executiva de Estado de Justiça – SEJU, que passou a denominar-se Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH (Lei nº 7.029/2007), criou-se a Coordenadoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo – CTETP com o intuito de também contribuir na garantia dos direitos humanos, promovendo e coordenando as políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo.

No estado do Pará, a execução dessas duas políticas vem sendo realizadas por meio de ações diversificadas, dentre as quais se destacam: a construção participativa das políticas[1] e dos planos estaduais; a articulação e formação da rede estadual; a prevenção destas violações através de atividades educativas e de campanhas (CANCELA *et al*, 2015), todas essas ações com a participação da Comissão

[1] O DECRETO Nº 423, 22 de maio de 2012, instituiu no âmbito do Poder Executivo, a Política e o I Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo (COETRAE/PA) e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (COETRAP/PA)[2].

Estudos como a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF/2002) e o Diagnóstico Sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira no Brasil, realizado em 2012, indicam que as maiores vítimas de tráfico de pessoas são mulheres, adolescentes e crianças. De acordo com o Diagnostico, no período entre os anos 2007 e 2010, este público correspondia a 75% das vítimas desta tipologia criminal (BRASIL, 2013).

A partir das pesquisas citadas e do levantamento de dados na SEJUDH/PA/CTETP, observou-se que o tráfico de pessoas afeta expressivo número de mulheres, crianças e adolescentes, ainda que não exclusivamente, identificou-se que na Região Norte há elevado número de rotas para tráfico interno e internacional, sendo o Pará apontado como um dos principais estados de origem, com destaque para o município de Belém, onde encontrou-se maior índice de aliciamento de adolescentes conforme os atendimentos realizados pela CTETP. Na análise dos casos atendidos entre os anos 2011 e 2015 constatou-se que dos 84 (oitenta e quatro) casos de tráfico de pessoas, 22 (vinte e duas) situações envolviam crianças/adolescentes, o que correspondeu a 26,19 % do total de denúncias.

A apresentação desses dados a partir do recorte abrangendo crianças/adolescentes, a segunda maior porcentagem de pessoas envolvidas em situação de tráfico, (a primeira foi a dos 19 a 29 anos), exigiu a intensificação de ações preventivas voltadas ao público infanto-juvenil. Nesse sentido, com objetivo de fomentar ações preventivas para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos desse público e de fortalecer a rede de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo, levando em consideração as ações estratégicas do II PLANO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS - *Linha Operativa 2: Capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas (Temáticas: Trabalho análogo a escravidão, Trabalho infantil domestico, Tráfico de Órgão, Adoção Ilegal, Exploração Sexual e da Prostituição),* a SEJUDH/CTETP/PA elaborou o projeto **Direitos Humanos em Cena: disseminando informações através da arte cinematográfica para o enfrentamento às violações de direito humanos,** tendo como público alvo os alunos da rede pública de ensino da Região Metropolitana de Belém, visando desenvolver ações integradas de cunho preventivo com a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, através das Unidades SEDUC nas Escolas/USE.

[2] O COETRAP e a COETRAE tem atuação em todo território paraense, constituem órgãos colegiados (participam da composição instituições das três esferas de governo - Federal Estadual e Municipal representantes das organizações da sociedade civil) que tem por funções acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas, em suas respectivas áreas, para garantia de direitos daqueles que foram violados, efetuando articulação intersetorial, monitoramento, avaliações, recomendações e proposições para fortalecimento da rede.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto propôs trabalhar de forma dinâmica a temática dos direitos humanos no espaço escolar, utilizando como principal ferramenta metodológica a linguagem cinematográfica com foco no tráfico de pessoas. A implantação do projeto ocorreu nos municípios de Belém e Ananindeua, por concentrarem a maioria dos casos atendidos na CTETP (Gráfico 1). Para execução do presente projeto foram escolhidas 3 (três) escolas localizadas nos Distrito Administrativos de Belém – DABEL, do Bangui (DABEN) e uma no município de Ananindeua.

Gráfico 1 - Mapeamento dos bairros de Belém com ocorrência de pessoas aliciadas

Fonte: CTETP/SEJUDH/PA 2015

O projeto teve como objetivo geral*: Sensibilizar, a partir de discussões temáticas, os adolescentes para o reconhecimento e o fortalecimento de atitudes preventivas a situações de Tráfico de Pessoas.* Buscou-se orientar e disseminar as informações sobre o tráfico de pessoas, através de oficinas sobre as temáticas dos direitos humanos, fomentando o entendimento e o reconhecimento deste tipo de crime e consequentemente seu enfrentamento pelo público adolescente, além de tentar estimular a participação da comunidade escolar na execução do projeto Direitos Humanos em Cena visando dessa forma, contribuir fundamentalmente para redução do número de casos dessa violação de direito entre o público adolescente dos bairros periféricos.

METODOLOGIA APLICADA

Os resultados das ações do projeto de 2016 serão apresentados a seguir como forma de contribuir para construção de conhecimentos e fortalecimento da Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo.

Quadro 1 – Fases do Projeto e seu período de execução em 2016.

Fases da execução	Período	Resultados
1. Mapeamento das Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino Fundamental, localizadas nos municípios de Belém e Ananindeua.	Janeiro/2016	Seleção das 3 escolas: Dona Helena Guilhon, Zulima Vergolino; Benjamin Constant.
2. Articulação com a SEDUC e parceiros da Rede de Promoção e Defesa de Direitos Humanos para apresentação, aprovação e planejamento das ações do Projeto DH em Cena.	Fevereiro a abril/2016	01 Reunião com a Secretária de Educação; 01 Reunião com o Secretário adjunto, gestores das USES 5, 14 e 16, diretores, coordenadores, professores de português e de artes das escolas; 02 reuniões com os parceiros da Rede (presentes 18 instituições, representantes da diretoria de direitos humanos e 05 gerências da SEJUDH); 03 Reuniões, uma em cada escola, com corpo docente e coordenação pedagógica para apresentação do projeto; 03 Reuniões, uma em cada escola, com os pais dos alunos do 9º ano.
3. Qualificação dos alunos, professores e coordenação pedagógica das escolas selecionadas em relação às temáticas de Direitos Humanos.	Maio/2016 a Janeiro/2017	75 encontros que trabalharam as 7 temáticas por meio de: 48 rodas de conversa e 27 projeções de longa-metragem; Participação de 27 instituições das esferas Municipal/Estadual/Federal; entidades da Sociedade Civil: CEREST BELÉM; PROPAZ (Integrado, Mulher e MOVER); CRP 10 (GT de diversidade de gênero); GEMPAC; CNBB; CONED/CAPS; CEDPD; CEDPI; Fórum estadual de Pessoas Trans; Hospital Cyntia Sharone; TJE (Comissariado e CEIJ); MPT; MPF; OAB (Comissões de DH, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência); Polícia Civil (DEAM); Polícia Federal (DELINST); SEASTER; SEGUP (DIPREV); SESMA (NUPVID); SODIREITOS; SRTb; TRT 8ª Região; UFPA (IFCH/Faculdade de Psicologia e Faculdade de Direito); UNAMA e FAMAZ (Curso de Serviço Social); UNIPOP/CEDCA; SEJUDH (CTETP, GLOS, CRAM, GPI, CMDV, DCDH, GPCD/CENPREN).
4. Avaliação da execução do Projeto DH em Cena.	Fevereiro a julho 2017	Relatório dos resultados do projeto

Fonte: CTETP/SEJUDH 2016

A escolha dos alunos do 9º ano como público alvo se deu devido a faixa etária com maior concentração de atendimentos dos adolescentes entre 15 e 18 anos e que 43% das pessoas atendidas na coordenação possuíam apenas o ensino fundamental incompleto. Quanto as Temáticas Estruturantes, levou-se em consideração as violações/violências que as pessoas em situação de Tráfico de

Pessoas/Trabalho Escravo vivenciam. Conforme a PESTRAF/202 mulheres e adolescentes geralmente passaram algum tipo de violência intrafamiliar e/ou extrafamiliar antes de serem aliciados. Assim como, as famílias apresentavam quadros situacionais envolvendo violência social, interpessoal e estrutural.

Quadro 2 – Temas trabalhados pelo projeto, com seus respectivos filmes que contribuíram para o debate nas oficinas em 2016.

Temáticas Estruturantes	***Mês de debate***	***Filmes Utilizados como Norteadores***
Violência Sexual	Maio	*Anjos do Sol*
Trabalho Infantil	Junho	*Curta "Bilú e João" e "10 Centavos"*
Tráfico de Pessoas	Agosto	*Tráfico de Órgãos*
Violência Intrafamiliar	Setembro	*Preciosa - Uma História de Esperança*
Diversidade de Gênero	Outubro	*Tomboy*
Trabalho Escravo	Novembro	*Nas Terras do Bem-Virá/Crô: O Filme*
Direitos Humanos	Dezembro	*O Aluno: Uma Lição de Vida*

Fonte: CTETP/SEJUDH 2016

METODOLOGIA APLICADA NA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para acompanhamento das atividades e avaliação do projeto, foram utilizados os instrumentais: FORMULÁRIO 1 com o objetivo de realizar o perfil socioeconômica dos alunos e o levantamento do entendimento dos mesmos a respeito das temáticas. – FORMULÁRIO 2[3] com o intuito de coletar informações para avaliação dos resultados alcançados junto ao público alvo – FICHA DE AVALIAÇÃO, entregues aos alunos ao final de cada oficina – FREQUENCIAS aplicadas em todas as atividades (oficinas, reuniões) e utilizadas para avaliar a adesão e permanência dos alunos no projeto; TERMO DE AUTORIZAÇÃO para uso de imagem e som dos alunos, além dos RELATÓRIOS das atividades.

Quadro 3 – Quantitativo de alunos matriculados, alunos participantes do projeto por escolas e de instrumentais (formulário, ficha de avaliação) aplicados.

Escolas	**Nº de Turmas**	**Nº de Alunos Matriculados No 9º/2016**	**Formulário 1**	**Formulário 2***	**Fichas de Avaliações Aplicadas**	**Alunos Alcançados**	**Média de Frequência nas Oficinas**
*DONA HELENA GUILHON	3	117	87	-	221	98	51
ZULIMA VERGOLINO	2	66	47	48	315	58	92
BENJAMIN CONSTANT	1	48	35	27	306	44	39
TOTAL	**6**	**231**	**169**	**75**	**842**	**200**	**182**

Fonte: CTETP/SEJUDH 2016

[3] O formulário 2 foi aplicado no encerramento do Projeto (janeiro 2017), continha um total de 10 perguntas, 5 objetivas e 5 subjetivas, sua avaliação qualitativa encontra-se em fase de elaboração para futura divulgação.

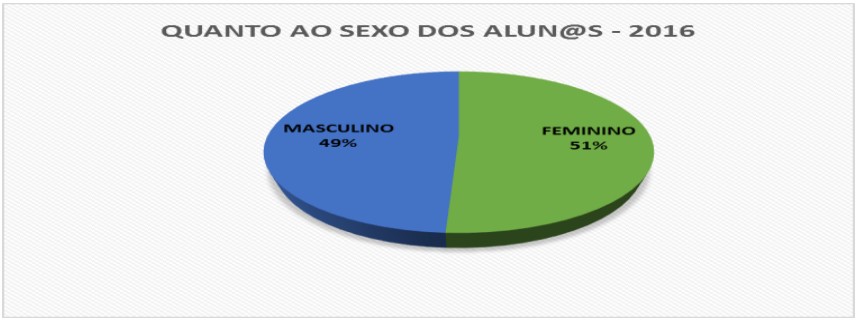
* Na referida escola não foi possível a aplicação do formulário 2 na data prevista, pois tanto a professora colaborado e a coordenadora pedagógica tiveram que se afastar das atividades das escolas devido problemas de saúde.

RESULTADOS REFERENTES AO FORMULÁRIO 1

O formulário 1 aplicado em maio de 2016, antes das atividades iniciarem na escola, foi divido em duas partes: 1ª parte com oito questões objetivas direcionadas para elaboração do perfil.

PERFIL SÓCIOECONOMICO DOS ALUNOS ATENDIDOS PELO PROJETO

Gráfico 2 - Participação dos alunos quanto ao sexo

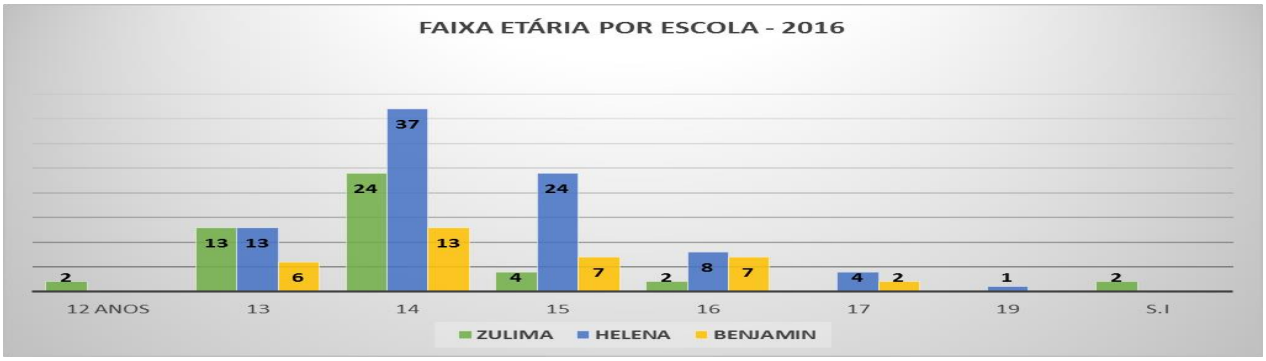


Fonte: Elaborado apartir das informações levantadas do Formulario 1

Gráfico 3 – Idades dos alunos

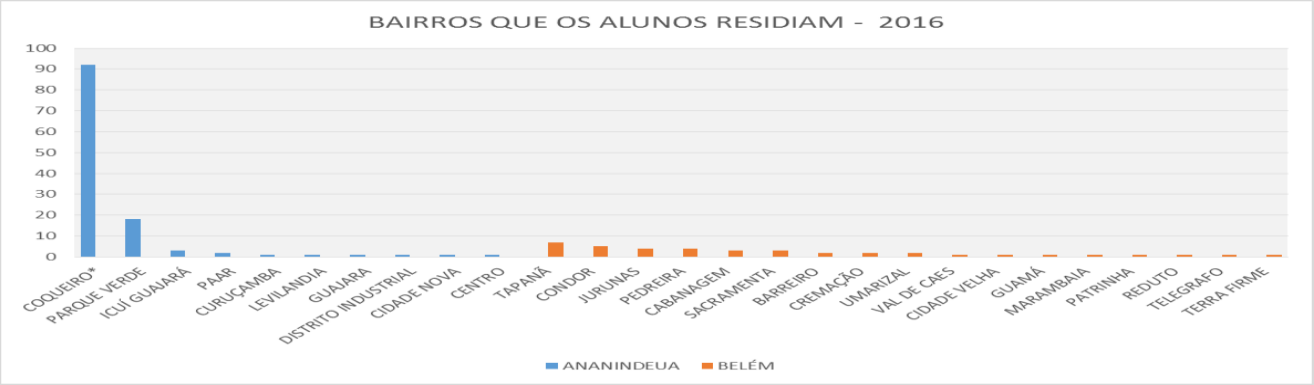
Fonte: Elaborado apartir das informações levantadas do Formulario 1

Gráfico 4 – Idades dos alunos por cada escola



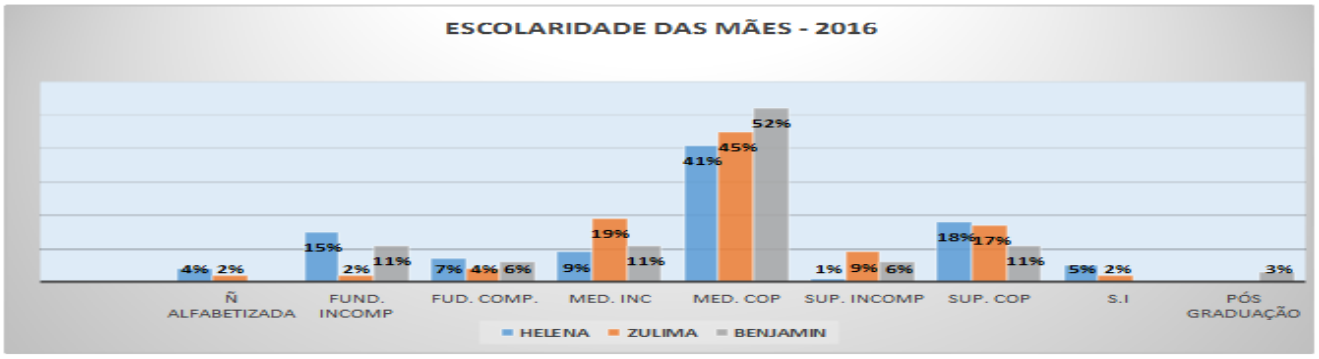
Fonte: Elaborado apartir das informações levantadas do Formulario 1

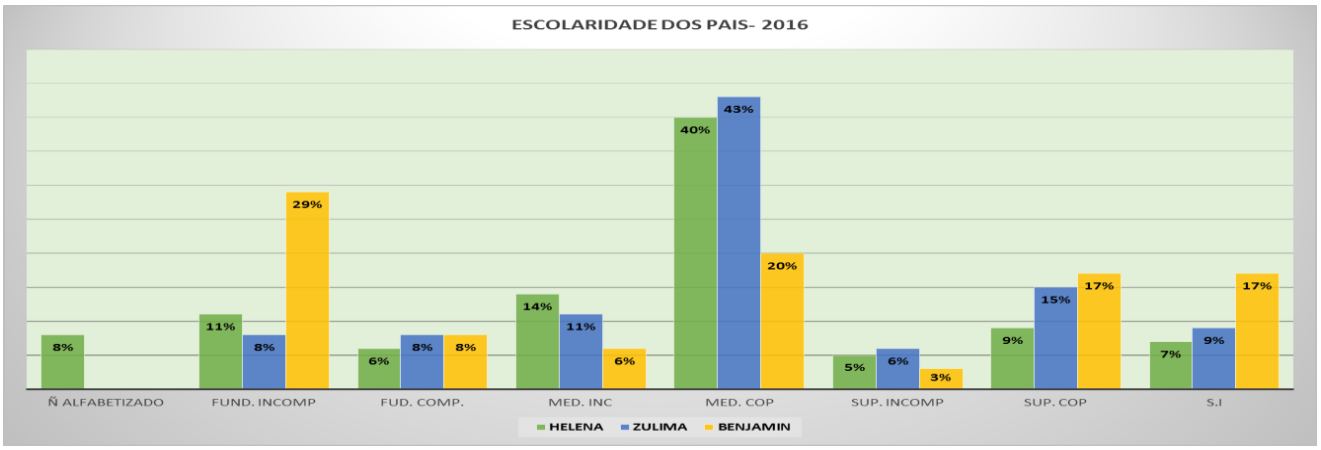
Gráfico 5 – Mapeamento dos municipios e bairros que os alunos residiam



Fonte: Elaborado apartir das informações levantadas do Formulario 1

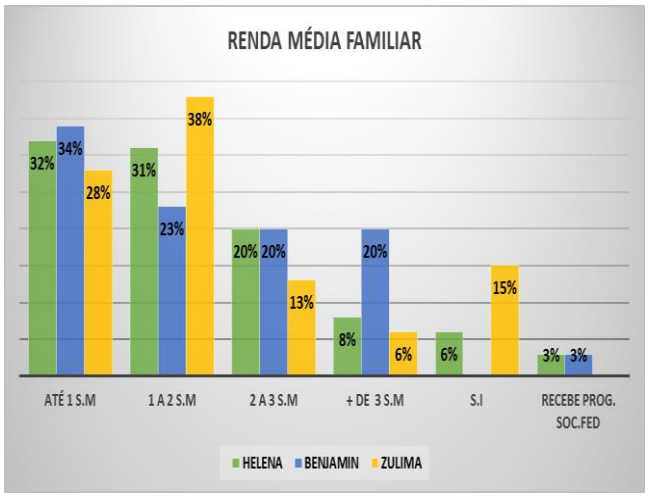
Gráfico 6 – Escolaridade dos responsáveis

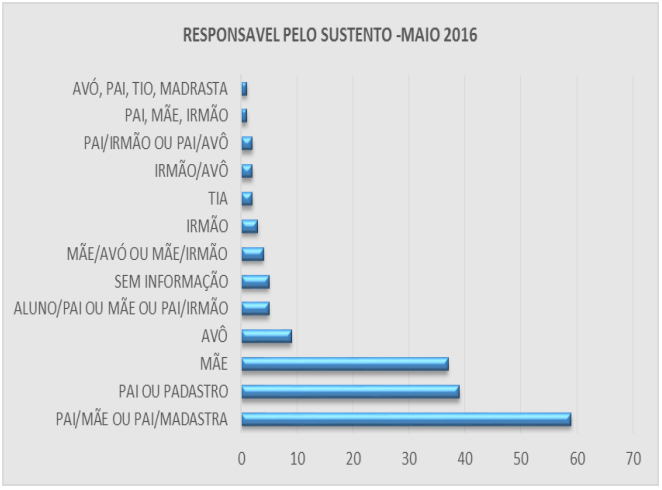




Fonte: Elaborado apartir das informações levantadas do Formulario 1

Grafico 7 – Apresentação da renda média das familias e os dos reponsaveis pelo sustento





Fonte: Elaborados apartir das informações levantadas do Formulario 1

RESULTADOS REFERENTES AO FORMULÁRIO 1 – PARTE 2

No Formulário 1, a 2ª parte envolvia treze perguntas, sendo 8 objetivas e 3 subjetivas. Abaixo será apresentada uma amostra dos dados relacionados às perguntas 11, 12 e 16.

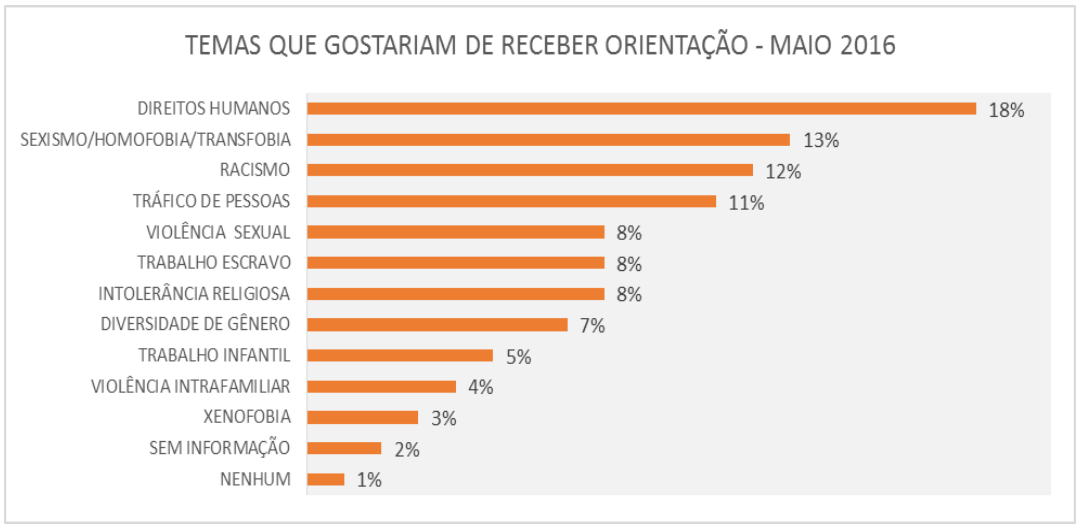
Gráfico 8 – Apresenta as respostas relacionadas a pergunta nº 11 que tinha o objetivo de saber se o aluno já havia vivenciado alguma situação de violação de direitos ou de violência e a identificação dessas violências sofridas.

Fonte: Elaborados apartir das informações levantadas do Formulario 1

Gráfico 9 – Apresenta as respostas relacionadas a pergunta nº 12, que pretendia saber se o aluno conhecia alguém que já tivesse passado por situação de violação de direitos ou de violência e a identificação dessa violencia citada.

Fonte: Elaborados apartir das informações levantadas do Formulario 1

Gráfico 10 – Apresenta as respostas relacionadas a pergunta nº 16, que pretendia saber do aluno os assuntos sobre os quais gostaria de receber orientações e melhorar seu conhecimento.

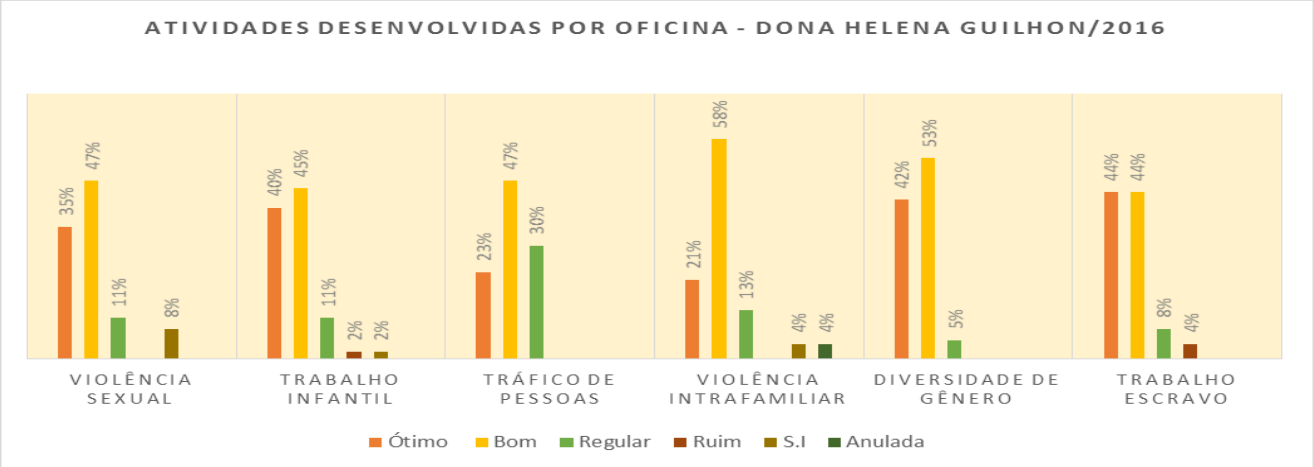


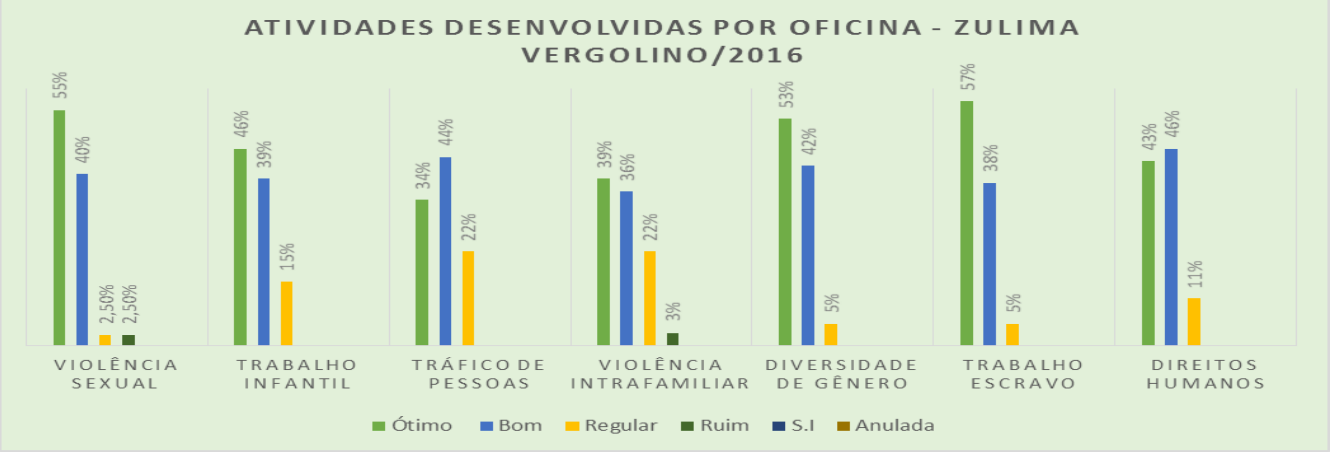
Fonte:Elaborado apartir das informações levantadas do Formulario 1

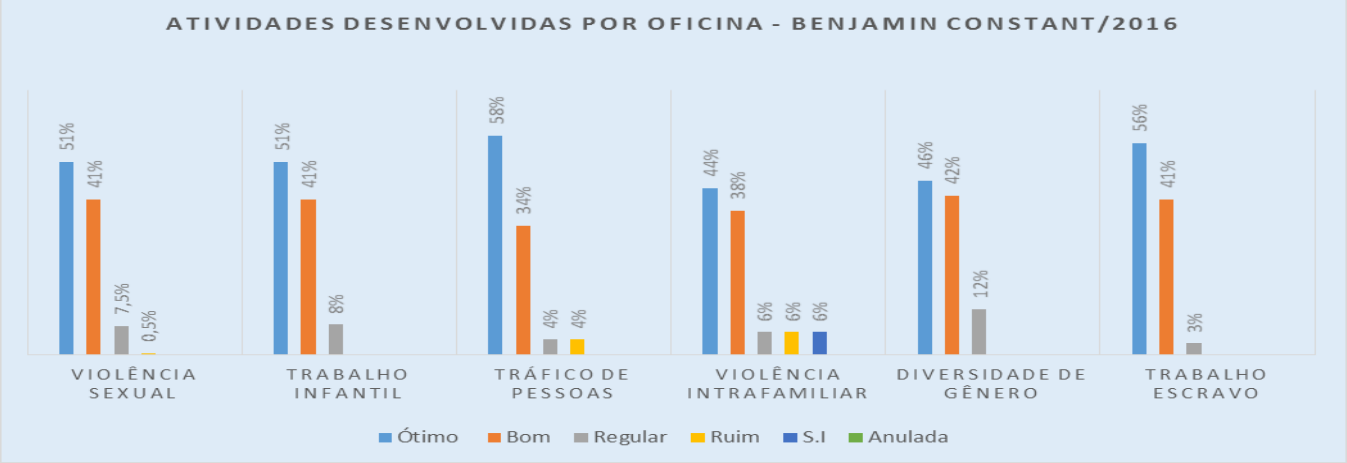
RESULTADOS REFERENTES À FICHA DE AVALIAÇÃO – PARTE 1

A ficha de avalição foi composta de perguntas objetivas e subjetivas. A parte objetiva foi constituída por 4 itens de marcação (ótimo, bom, regular, ruim) para os quesitos: Execução de oficina; Tema Abordado; Atividades Desenvolvidas; Recursos Utilizados. Os gráficos que serão apresentados abaixo serão referentes aos dois últimos quesitos:

Gráfico 11 - Avaliação das atividades (dinâmicas, vídeos, jogos) desenvolvidas nas Oficinas, por escola.

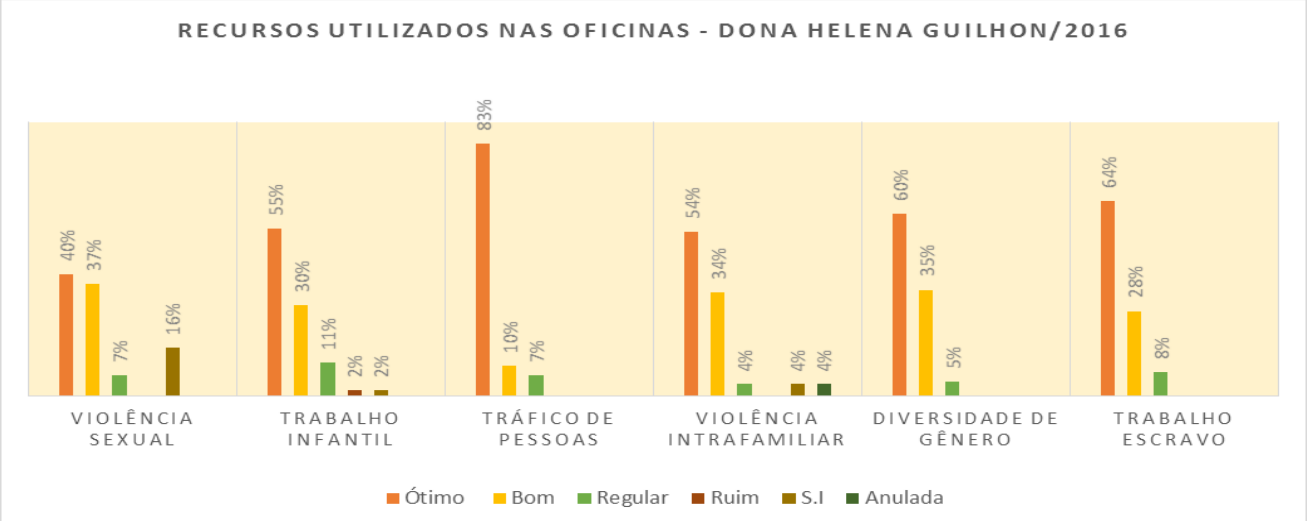


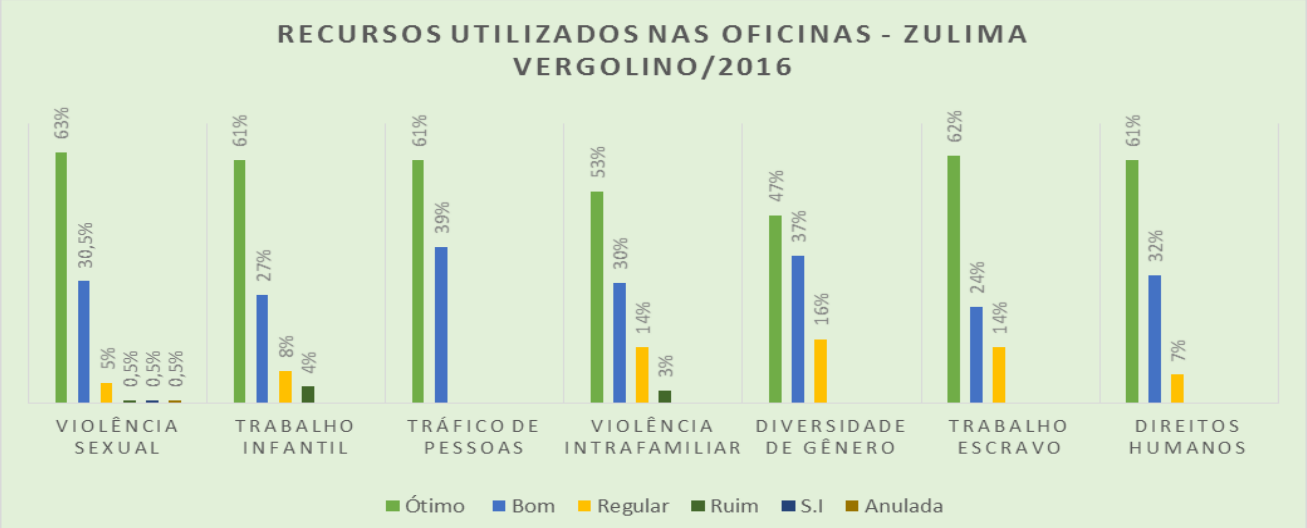


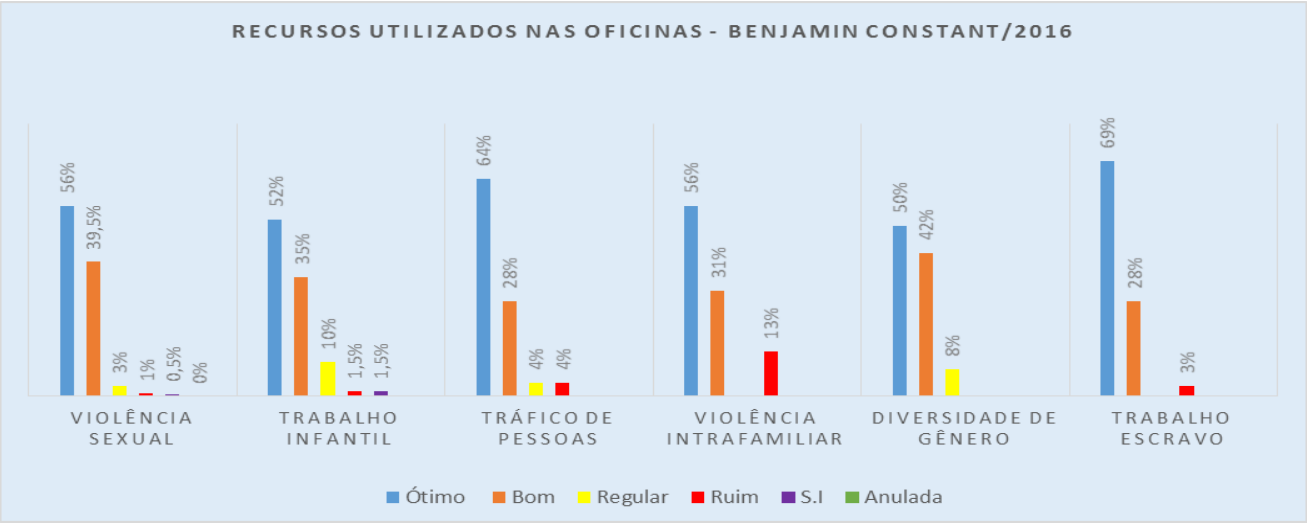


Fonte: Elaborado apartir das informações das Fichas de Avalição

Gráfico 12 - Avaliação dos recursos utilizados (filmes, vídeos, músicas, jogos) nas Oficinas, por escola.





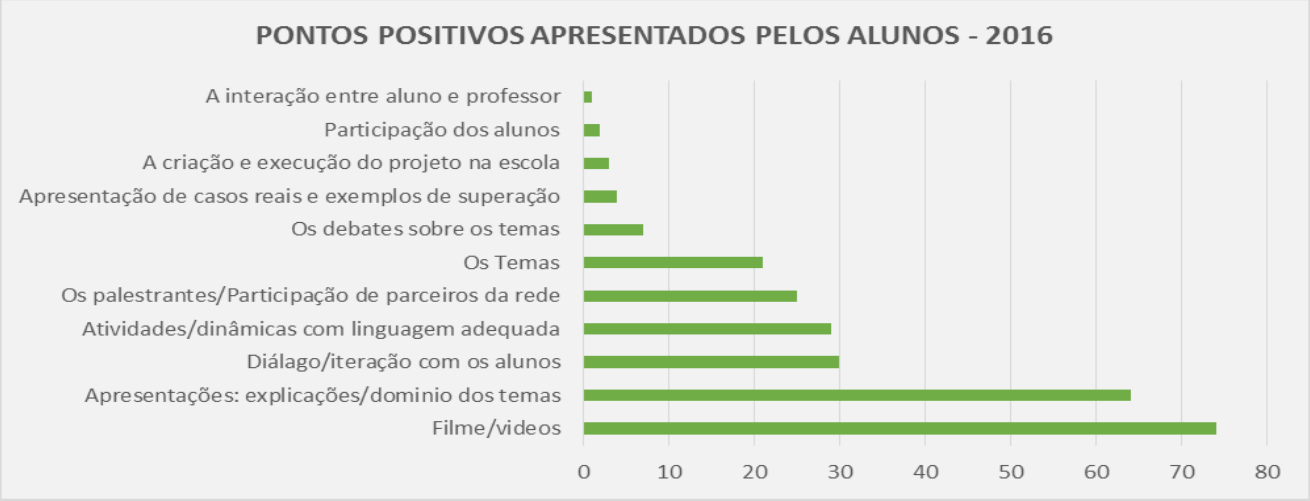


Fonte: Elaborado apartir das informações das Fichas de Avaliçã

RESULTADOS REFERENTES À FICHA DE AVALIAÇÃO – PARTE 2

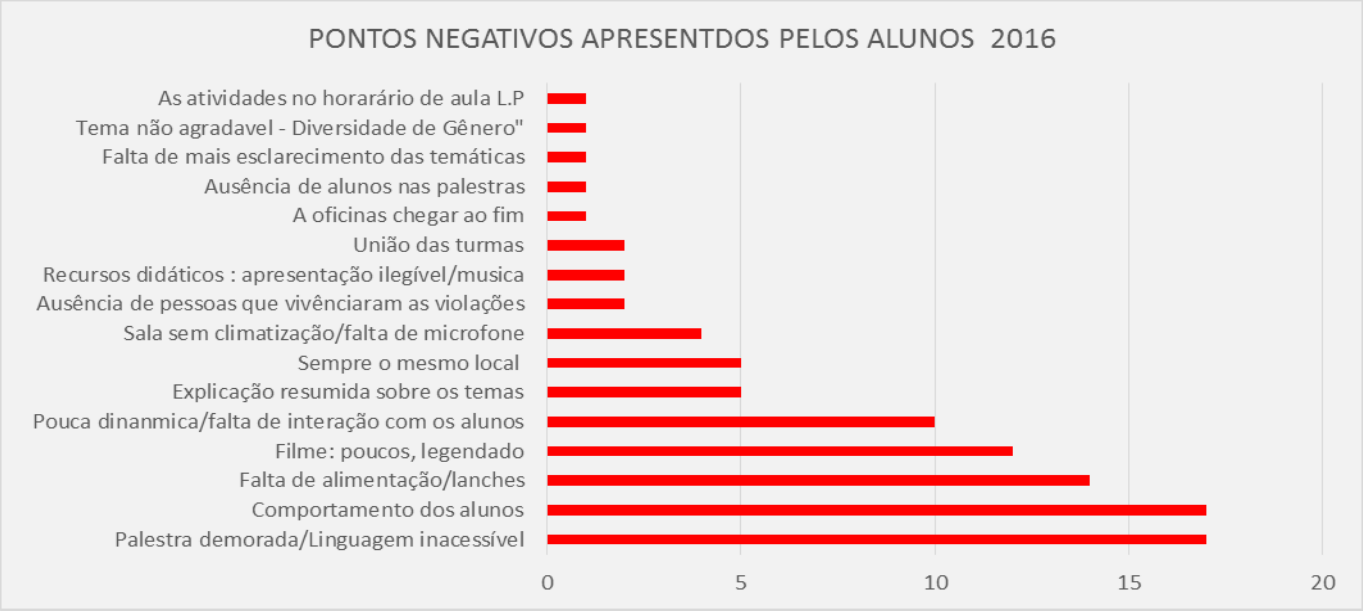
As observações e sugestões se basearam na ficha de avaliação, que solicitava aos participantes que apontassem os pontos positivos, negativos e sugestões, no período maio de 2016 a janeiro de 2017. Abaixo serão apresentadas as respostas que foram selecionadas de acordo com o número de vez que apareceram nas fichas de avaliação. Os gráficos 13, 14 e 15 expõem as informações copiladas dos alunos das três escolas, considerando as mais relevantes relacionadas a estes três tópicos.

Gráfico 13 – Levantamento das respostas apontadas relacionadas aos pontos positivos



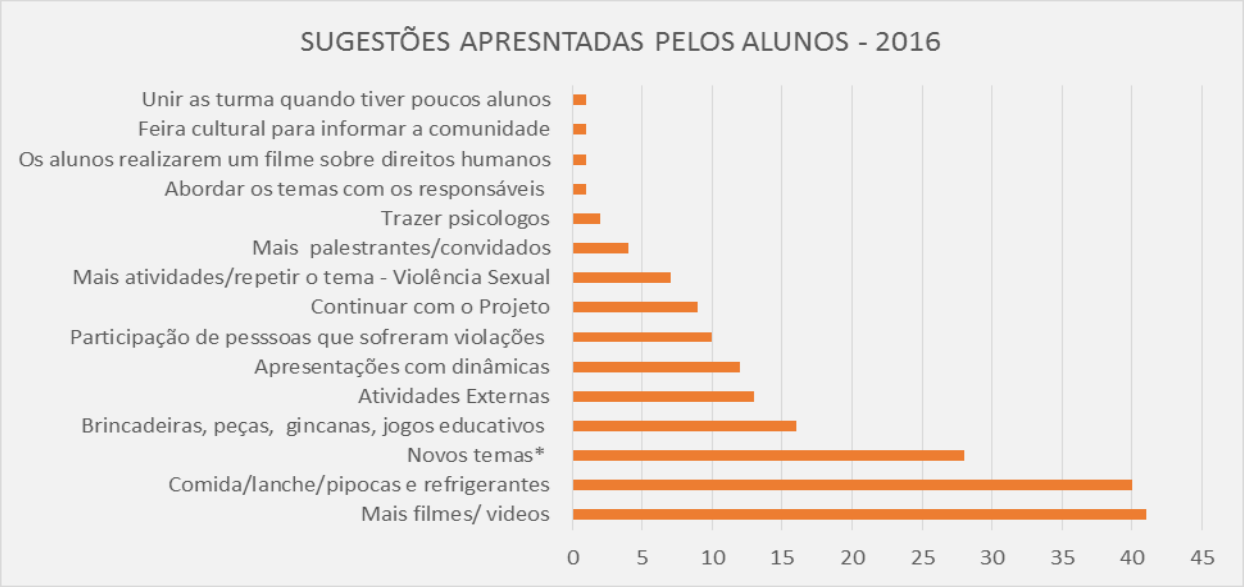
Fonte: Elaborado a partir das informações da ficha de avaliação

Gráfico 14 – Levantamento das respostas apontadas relacionadas aos pontos negativos



Fonte: Elaborado a partir das informações da ficha de avaliação

Gráfico 15 – Levantamento das sugestões apontadas pelos participantes

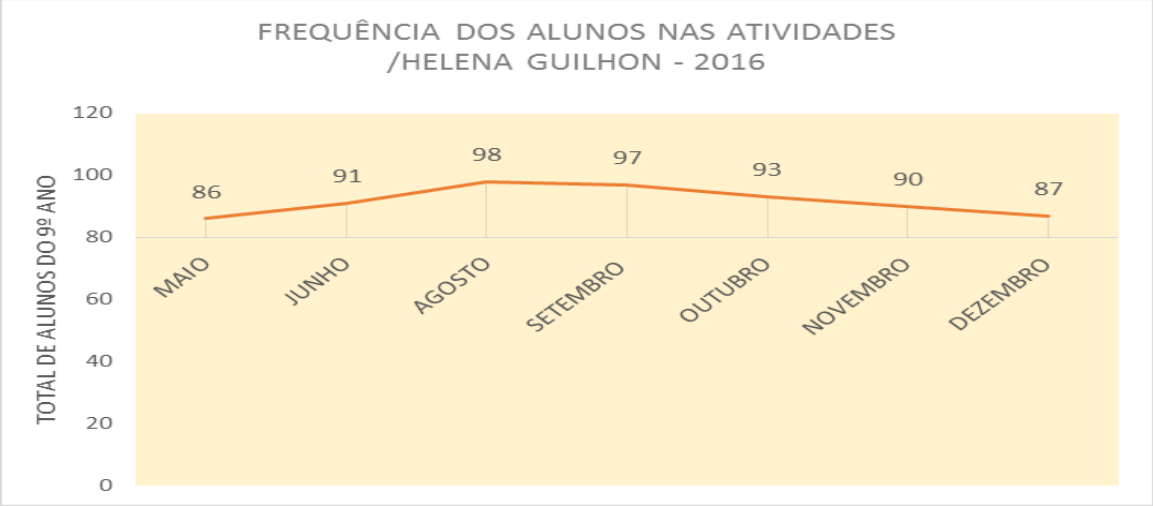


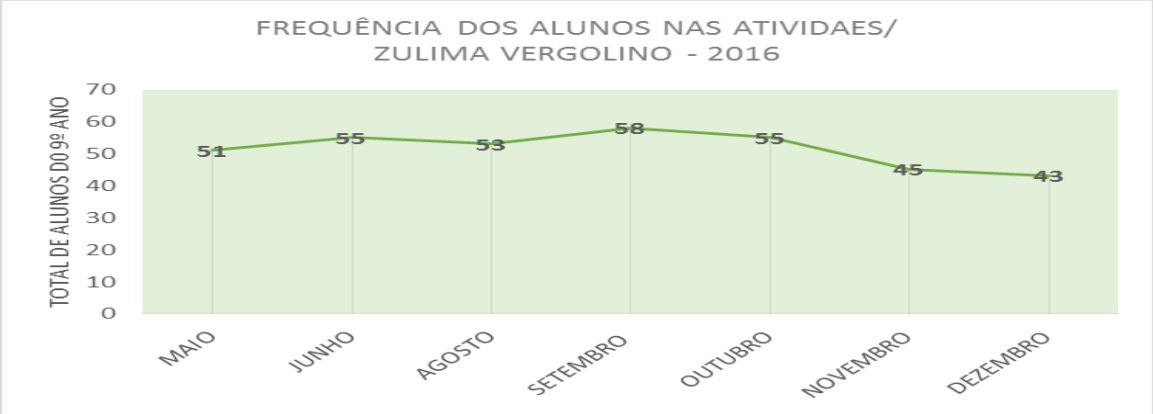
Fonte: Elaborado a partir das informações da ficha de avaliação

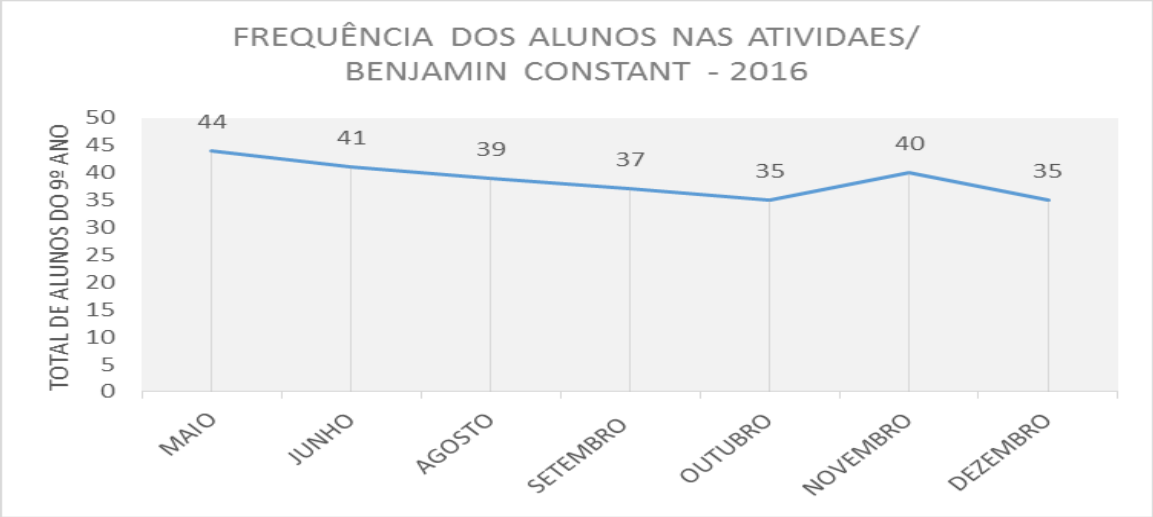
*Os temas sugeridos pelos alunos foram: Democracia/LGBTfobia/HIV-camisinha feminina/Preconceito Social-Religioso/Direito das Pessoas Especiais/Aborto/DST.

FREQUENCA ANUAL NAS ATIVIDADES POR ESCOLA – 2016

Gráfico 16 – Levantamento da frequência de acordo com a presença mensal dos alunos nas atividades







Fonte: Elaborado a partir das listas das frequências.

AVALIAÇÃO DO PROJETO: PONTOS FORTES E FRAGILIDADES IDENTIFICADAS.

- Os pontos fortes:

Para efetivação do Projeto D.H em Cena foi de extrema importância o apoio interno recebido da gestão da SEJUDH (Secretário, Coordenação da CTETP, Técnicos), assim como, a cooperação da SEDUC ao permitir a execução do Projeto em suas escolas. A receptividade da direção, coordenação pedagógica, adesão dos discentes e a disponibilidade e empenho de alguns professores também foram essenciais para a implementação das ações do Projeto.

Destacamos a colaboração dos parceiros da Rede de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos nas intensas atividades desenvolvidas nas escolas, como facilitadores junto às oficinas, bem como o poio dos técnicos e estagiarias da CTETP.

Ressaltamos ainda, o compromisso e emprenho da equipe que coordenou o Projeto, a qual se dedicou para cumprir com os compromissos, demandas e metas estabelecidas.

- As fragilidades:

Durante a de execução do Projeto algumas ações foram prejudicadas, tendo que algumas vezes serem canceladas, devido problemas ocorridos no espaço escolar, como a falta de alimentação e água no prédio da escola[4]. A infraestrutura dos prédios acabou prejudicando desenvolvimento das atividades, pois os espaços onde ocorriam as oficinas apresentavam problemas de climatização (ar condicionado com defeito ou inexistência do aparelho de ar-condicionado e de ventiladores[5]), de energia na rede elétrica[6].

Outra situação enfrentada foi quanto ao deslocamento da equipe para as oficinas, reuniões, pois a falta de um veículo destinado para essa finalidade em determinados momentos prejudicou o desenvolvimento das atividades, assim como o número reduzido de técnicos para compor a equipe do Projeto sobrecarregou as profissionais responsáveis pelo mesmo. Também, a limitação dos recursos financeiros dificultou uma divulgação mais ampliada das ações previstas no Projeto, devido não ter sido confeccionado material gráfico como folder, banner, camisas, além de não ter sido possível proporcionar lanches para alunos nas sessões de filmes que ocorriam no encerramento das oficinas.

[4] Escola Benjamin Constant, pois funciona em regime de tempo integral.
[5] Escolas Benjamin Constant e Zulima Vergolino
[6] Escola Zulima Vergolino

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os resultados alcançados pelo Projeto D.H em Cena são considerados satisfatórios, na medida em que mesmo, apesar das limitações e dificuldades encontradas na sua execução, conseguimos cumprir com todas as fases programadas de acordo com o cronograma.

O projeto alcançou a meta estabelecida de 200 alunos, levando em consideração o número de alunos matriculados nas três escolas, totalizando 231. O público atingido na escola Benjamin Constant foi de 97%; no Zulima Vergolino - 88%; e na Dona Helena Guilhon – 74%. Outro ponto positivo, foi o estabelecimento da parceria com instituições das três esferas de governo e entidades da sociedade civil, que proporcionou a visibilidade da Rede de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos para a comunidade escolar.

Em relação ao objetivo do Projeto *Sensibilizar, a partir de discussões temáticas, os adolescentes para o reconhecimento e o fortalecimento de atitudes preventivas a situações de Tráfico de Pessoas,* considerando a grande aceitação dos participantes no processo de aprendizagem acerca das temáticas apresentadas, dos debates, questionamentos e trabalhos realizados pelos professores junto aos alunos, bem como as apresentações e depoimentos realizados nas culminâncias realizadas no encerramento das atividades do Projeto, podemos afirmar que o objetivo foi alcançado, mas que o trabalho de sensibilização e prevenção junto a sociedade é permanente.

Contudo, observamos a necessidade da continuidade do Projeto, pois a partir dos relatos dos alunos, professores e das informações coletadas nos formulários, há um alto índice de violências /violações que público infanto-juvenil sofre no seu cotidiano e que muitos não procuram ajuda por desconhecerem que são sujeitos de direito e que existe uma rede de direitos da Garantia de Crianças e do Adolescente.

Nesse sentido, o fortalecimento de parcerias como a da SEJUDH com o Programa Trabalho Justiça e Cidadania (AMATRA8) são de suma importância, visto que ampliará o público que será atendido, com a previsão da Capacitação voltada a Equipe Técnica e Professores para atuarem na execução do Projeto junto aos alunos do Fundamental II. Assim, esperamos que em 2017 as ações possam ter mais visibilidade apresentando maiores impactos na comunidade escolar.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça. Pesquisa ENAFRON: diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Política Nacional de Enfrentamento ao tráfico de pessoas. Brasília, 2007.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

CANCELA, Ana Giselle Ribeiro *et al*. **As Especificidades do Fenômeno do Tráfico de Pessoas no estado do Pará: Análise crítica da atuação da Coordenadoria de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo.** In. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, UFMA, agosto de 2015, p. 13.

GOMES, Jeanete da Silva, RIBEIRO, Mílton. **A POLÍTICA DE COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS NO PARÁ: HISTÓRICO, TRAJETÓRIA E ATENDIMENTOS.** Belém, 2015.

HAZEU, Marcel (Coord.). **Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede**. Belém: SoDireitos, 2008.

JORGE, Ângela Sueli Barbosa da Silva *et al*. **A política estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas no estado do Pará: uma análise da experiência de formação de profissionais para atendimento a mulheres em situação de violência.** In. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, UFMA, agosto de 2015, p. 1-11.

LEAL, Maria Lúcia. LEAL, Maria de Fátima, (orgs). **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial** - PESTRAF: Relatório Nacional - Brasil. Brasília: CECRIA, 2002.

PARÁ. **Decreto nº 1.602, de 7 de abril de 2009**. Regulamenta o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, nos termos da Lei Estadual nº 7.029, de 30 de julho de 2007.

PARÁ. **Decreto nº 423, de 22 de maio de 2012**. Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

PARÁ. **Lei nº 7.029, de 30 de julho de 2007**. Altera a denominação e dispõe sobre a reestruturação organo-funcional da Secretaria Executiva de Estado de Justiça - SEJU, e dá outras providências.

PARÁ. **Lei nº 8.096, de 1º Janeiro de 2015**. Dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.